

MARCO AURÉLIO SCAMPINI SIQUEIRA RANGEL

Doutor pela Faculdade de Direito da USP (2020). Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (2015). Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Professor Advogado.

A PROVA NO PROCESSO ELEITORAL: O DIREITO PROBATÓRIO NO CONTENCIOSO CÍVEL ELEITORAL



IMPERIUM
EDITORA E DISTRIBUIDORA

A Prova no Processo Eleitoral: O Direito Probatório no Contencioso Cível Eleitoral

© Marco Aurélio Scampini Siqueira Rangel

Editora Imperium 2024

Revisão: Marco Aurélio Scampini Siqueira Rangel

Diagramação: Bruno Henrique de Paiva Conego

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

R231a

Rangel, Marco Aurélio Scampini Siqueira.

A Prova no Processo Eleitoral: O Direito Probatório no Contencioso Cível Eleitoral /
Marco Aurélio Scampini Siqueira Rangel – Leme/SP: Editora Imperium, 2024.

292 p.; 16 x 23 cm

ISBN 978-65-88491-91-1

1. Direito eleitoral. 2. Eleição. I. Rangel, Marco Aurélio Scampini Siqueira. II. Título.

I.CDD 345.810828

Índice para catálogo sistemático

1. Direito Eleitoral - Legislação - Brasil.
2. Eleição - Brasil.

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda

Rua Ephraim Rodrigues Alves, nº 128 - Jardim Claudia

Cep: 13610-720 – Leme-SP – Tel.: (19) 3554-4109

www.editoraimperium.com.br

e-mail: editora@editoraimperium.com.br

imperium.editora@gmail.com

SUMÁRIO

PARTE I

PROVA NO PROCESSO CIVIL ELEITORAL.....	25
1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE PROVA	25
1.1 Definição de Prova.....	27
1.2 Relação Entre Prova e Verdade.....	31
1.3 Standards Probatórios.....	37
1.3.1 Preponderância da Prova	44
1.3.2 Prova Clara e Convvincente	47
1.3.3 Prova Além da Dúvida Razoável.....	49
1.3.4 Os Standards no Direito Brasileiro.....	50
1.4 O direito à Prova	55
1.4.1 Natureza Constitucional do Direito à Prova	58
1.5 A Prova no CPC/15	61
1.5.1 Dever de Fundamentação.....	67
1.5.2 Poderes Instrutórios do Juiz.....	72
2 DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL.....	79
2.1 Justiça Eleitoral	79
2.2 Judicialização das Eleições.....	94
2.3 Processo Civil Eleitoral.....	97
2.4 Princípios do Processo Civil Eleitoral.....	100
2.4.1 Tipicidade Eleitoral.....	101
2.4.2 Adequação do Processo ao Calendário Eleitoral.....	104
2.4.3 In Dubio pro Sufrágio	107
2.5 Natureza Coletiva do Processo Civil Eleitoral	110
2.5.1 Bem Jurídico de Natureza Coletiva Tutelado.....	110
2.5.2 Mudança de Paradigma com a Constituição Federal de 1988	115
2.5.3 Legitimação extraordinária.....	118
2.5.4 Reforma Eleitoral de 2015 e Aproximação com o Processo Coletivo Pela Via Legislativa.....	124
2.5.5 Processo Civil Eleitoral e Microsistema do Processo Coletivo	126
2.6 Processo Eleitoral Sancionador	128
2.6.1 Ações Cíveis Eleitorais Sancionatórias e Não-sancionatórias	132
2.6.2 Influência dos Princípios do Processo Penal	136

3 PROVA CIVIL ELEITORAL.....	140
3.1 Tratamento Legal da Prova Civil Eleitoral	140
3.2 Obstáculos da Prova Eleitoral	144
3.2.1 Fator Tempo	145
3.2.2 Produção da Prova no Contexto da Disputa Eleitoral.....	147
3.2.3 Dificuldade de apuração dos atos de corrupção.....	149
3.3 Direito à Prova no Processo Eleitoral.....	151
3.4 Standard Probatório Eleitoral	157
3.4.1 Elementos do Direito Eleitoral e a Formação dos Standards Probatórios	158
3.4.2 Standards Probatórios Eleitorais.....	161
4 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	169

PARTE II

REFLEXOS DO TRATAMENTO ADEQUADO DA PROVA CIVIL ELEITORAL

.....	171
1 INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ ELEITORAL.....	171
1.1 Considerações Preliminares e o CPC/15.....	171
1.2 Preservação da Imparcialidade do Juiz Eleitoral	176
1.3 Iniciativa Probatória no Processo Eleitoral.....	181
1.4 A Adequada Interpretação do Art. 23 da LC 64/90	186
2 ÔNUS DA PROVA.....	194
2.1 Distribuição do ônus da prova no processo eleitoral.....	194
2.2 Ônus da Prova e Princípio do <i>In Dubio Pro Sufragio</i>	196
2.3 Ônus da Prova nos Processos Eleitorais de Caráter Sancionatório	198
2.4 Decisão com Base em Ônus da Prova e Ideal da Justiça Eleitoral	200
2.5 Dinamização do Ônus da Prova.....	203
2.5.1 Dinamização Convencional do Ônus da Prova e seu Cabimento no Pro- cesso Civil Eleitoral.....	209
3 PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.....	215
3.1 Relevância da Prova Pré-constituída no Processo Civil Eleitoral	215
3.2 Produção Antecipada de Provas	219
3.3 Ata Notarial.....	223
3.4 Inquérito Civil Eleitoral.....	226
4 PROVA EMPRESTADA.....	234
4.1 Considerações Preliminares	234
4.2 A Compatibilização da Prova Empréstada com o Processo Civil Eleitoral.....	238

5	PROVAS EM ESPÉCIE.....	243
5.1	Prova Documental.....	243
5.1.1	Documentos Eletrônicos	245
5.1.2	Arguição de Falsidade.....	248
5.1.3	Exibição de Documentos	250
5.2	Prova Oral	252
5.2.1	Prova Testemunhal Singular	258
5.3	Prova Pericial	260
5.3.1	Prova Técnica Simplificada.....	262
5.4	Inspeção Judicial.....	263
6	CONCLUSÕES FINAIS.....	265

REFERÊNCIAS	271
--------------------------	------------